Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia XXI SEGeT
GOVERNANÇA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E O MEIO AMBIENTE
Desafios para uma Gestão Social, Financeira e Sustentabilidade Empresarial
Realização: AEDB UniDomBosco Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro unesp
Patrocínio: INB

RESPONSABILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DE CELULAR E MEDICAMENTOS AO VOLANTE

Alice Medeiros de Almeida Quirino
alice.medeiros@aedb.br
AEDB

Ana Paula Roxo
ana.roxo@aedb.br
AEDB

Ellen Cristina De Aguiar Torres Silva
ellen.cristina@aedb.br
AEDB

Hadassa Vitória Santos Montenegro
hadassa.vitoria@aedb.br
AEDB

Sara Mylena Miguel Bernardes Da Silva
sara.mylena@aedb.br
AEDB

Resumo:O presente artigo tem como objetivo apresentar as consequências legais e sociais para o uso do celular ao volante, bem como para o uso de medicamentos sob a mesma condição, respaldado no CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e em artigos da ABRAMET (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego). Além disso, visa também contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, apoiando-se no terceiro Objetivo (Saúde e Bem-Estar). O projeto de Prática Extensionista proposto pela Associação Educacional Dom Bosco de Resende - RJ, permitiu e nos direcionou para a criação da ConscellMed (Conscientização Celular e Medicamentosa), campanha de conscientização executada por discentes do 3º Período de Direito. A realização da ConscellMed cumpre ainda um papel educativo para a sociedade, uma vez que se pode conscientizar os indivíduos a respeito de que pequenas atitudes podem fazer a diferença na condução de um veículo automotor. A metodologia integra artigos e dados científicos concernentes às resultantes na esfera jurídica quanto ao uso de celulares e medicamentos no trânsito, que visam replicar o ensino de maneira sucinta e objetiva.

Palavras Chave: Responsabilidade - trânsito - celular - medicamentos - ODS

1. INTRODUÇÃO

O Projeto ConscellMed visa conscientizar de maneira educativa a população diante dos riscos que pode causar com o uso indevido de medicamentos e o celular perante o trânsito. É notório que a abordagem sobre utilizar o celular ao conduzir um veículo automotor é algo costumeiro, entretanto, os efeitos colaterais dos medicamentos são pouco abordados quanto às consequências na direção. Medicamentos como antidepressivos, anti-histamínicos, ansiolíticos e relaxantes musculares podem afetar o sistema cognitivo, reflexos, concentração, entre outros. Dessa forma, surgiu a pergunta: Qual seria a melhor forma para conscientizar a população sobre essa problemática? Como resposta, as responsáveis deste Projeto o respaldam com levantamentos de dados e pontos estratégicos para melhor alcance de pessoas.

Como maior norteador do Projeto, tivemos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, com ênfase em assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, salientadas a ODS 3.5 (Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool) e a ODS 3.6 (Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito). Outrossim, no âmbito jurídico, tivemos como respaldo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), nos artigos 252, III, V, VI e 306, que dispõem sobre o comportamento adequado e as respectivas sanções, quando inadequado, acerca dessa temática.

Além disso, a pesquisa também se baseou através de dados fornecidos por instituições especializadas no assunto, como a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (ABRAMET), que forneceu dados a respeito dos desdobramentos desses dois agentes no trânsito, trazendo dados e informações precisas. Por conseguinte, o Projeto ConscellMed atende a

necessidade de gerar e distribuir informação para a população, principalmente a de Resende, comunidade em que estamos inseridas. De maneira didática e ilustrativa, com a finalidade de alcançar todos os públicos. Ademais, o artigo tem a proposta de descrever um estudo do projeto extensivo realizado por alunos do curso de direito da Associação Educacional Dom Bosco de Resende.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO TRÂNSITO

A responsabilidade social é amplamente associada aos ramos empresarial e corporativo, no sentido de suas ações buscarem um impacto positivo. Entretanto, esse instituto também pode ser associado às ações individuais em sociedade. Segundo o Artigo “Tudo o que você precisa saber sobre responsabilidade social” da Brasil Paralelo, publicado em 19 de julho de 2022, o conceito de responsabilidade social “contempla ações ambientais, sociais e corporativas que companhias e indivíduos podem tomar para cuidar do bem estar geral da comunidade na qual estão inseridos”.

Nesse sentido, entende-se que os indivíduos em sociedade têm responsabilidade social na busca do bem comum. No tocante ao trânsito, temática principal deste Projeto, essa responsabilidade é identificável nas normas gerais de circulação e conduta descritas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB, Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997), que são exigidas daqueles que fazem uso das vias terrestres. Em seu artigo 28, o CTB aduz que “O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”.

Para fins do presente Artigo, é importante acentuar que entre os cuidados indispensáveis impostos ao condutor, deve ser incluído seu próprio estado físico (ARNALDO RIZZARDO, 2020), o que abre espaço para as preocupações que serão elencadas a seguir, e que se demonstram responsabilidade do condutor, podendo afetar a segurança do trânsito.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em virtude da 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, destacou alguns fatores de risco. Dentre eles estão as condições

médicas do condutor, medicamentos que afetam a condução segura, e o uso de telefones celulares (ABRAMET, 2023).

Embora não haja disposição legal específica sobre o uso de medicamentos e direção, o CTB, em seu artigo 306, determina Penas para aquele que conduzir “veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência (...)”, além da existência de pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Medicina do Tráfego que elencam os efeitos prejudiciais de algumas classes de medicamentos, são eles: antidepressivos, anti-histamínicos, benzodiazepínicos, hipnóticos z, e opiáceos (ABRAMET, 2023).

Acerca do uso de celular durante a condução veicular, o Código de Trânsito Brasileiro, em seus artigos 252 e 306, traz as penalizações cabíveis. Entretanto, apesar disso, o uso de celular no trânsito é a 3ª maior causa de acidentes. Em entrevista dada ao RadioAgência no ano de 2022 acerca do uso de celular no trânsito, o Tenente Coronel da Polícia Militar, afirma que tal prática gerou 154 (cento e cinquenta e quatro) mortes por dia e 54 (cinquenta e quatro) mil por ano.

Assim sendo, nota-se que ainda se faz necessário um maior impacto na população, quanto aos riscos que um condutor pode promover se não assumir sua responsabilidade social individual perante a sociedade. No trânsito, sobretudo, o comportamento do condutor tem reflexo direto na comunidade, seja pela ausência de atenção, ou pela falta de cuidados indispensáveis com seu veículo, sua condução e seu próprio estado físico. Desta feita, fica comprovada a importância de conscientizar os indivíduos sobre seu papel na busca por um trânsito seguro.

2.2 CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DE CELULAR AO VOLANTE

De acordo com a ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) 3 que busca a saúde e o bem-estar de toda a população, nosso projeto visa conscientizar sobre um problema tão corriqueiro no nosso dia a dia: o uso de celular ao volante, que se tornou a terceira maior causa de mortes no trânsito. (Boletim Cipa Avisa)

Esse uso indevido aumenta em até 400% o risco de causar um acidente, revela pesquisa realizada pelo Instituto de Autoridade de Segurança do Trânsito dos Estados Unidos. No Brasil, acidentes

causados por uso de celular ao volante se tornaram a segunda maior motivação de morte por causa externa, superando o número de acidentes causados por motoristas que dirigiram após o consumo de álcool, apontam dados da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego. (ABRAMET)

A utilização de aparelhos celulares ao volante é proibida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o ato é considerado gravíssimo, sendo passível de multa de R$293,47 além de 7 pontos na carteira de habilitação. Mas mesmo com todas as sanções que o Estado impõe, a ABRAMET registrou que o uso de celular ao volante gera 154 mortes por dia, 54 mil por ano, em todo o País, sendo responsável por quase 50% das atividades que resultam em falta de atenção do condutor.

É importante sabermos que o uso de celulares de forma hands-free, que permite que os motoristas realizem tarefas no celular sem precisar segurá-lo fisicamente, também diminui o nível de concentração, mesmo tendo a falsa ideia de que se não estiver com o aparelho em mãos é possível realizar as duas ações em conjunto, o uso de aparelhos dessa forma aumenta a distração cognitiva.

A ABRAMET realizou estudos para desvendar os fatores individuais que levam o indivíduo a ter tal atitude, e ficou demonstrado que certos grupos demográficos podem ter uma prevalência maior de uso do celular ao volante, como jovens adultos e adolescentes. A pressão social de amigos, familiares ou colegas de trabalho para estar sempre conectado também é um fator que influencia o uso de celulares ao volante.

Diante dessa realidade, é evidente a relevância de promover uma conscientização constante sobre o uso do celular ao volante, visando aprimorar a segurança viária. Sendo assim, nosso Projeto tem como um dos objetivos sensibilizar a população acerca dessa prática perigosa, que não apenas compromete a segurança do motorista, mas também coloca em risco a vida de todos os usuários das vias.

2.3 CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DE MEDICAMENTOS AO VOLANTE

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, mais de 3,5 mil pessoas morrem todos os dias vítimas de acidentes de trânsito no mundo. Com intuito de reduzir esses números, a ODS nº 3, mais especificamente em seu item 3.3, prevê como uma das metas

para a promoção da saúde e bem estar no território nacional, a redução das mortes e ferimentos globais nas estradas (ONU, 2015).

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9503/97, trânsito é “a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”. Segundo o CTB, constitui direito de todos e um dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a adoção de medidas que possam assegurar o direito em questão (BRASIL, 1997).

Apesar do CTB prever em seu código disposições acerca das normas gerais de conduta, mecanismos de educação no trânsito, segurança de veículos e as possíveis infrações que os envolvidos possam estar sujeitos em caso de descumprimento das regras, no Brasil, em 2023, de acordo com o Painel de Registro Nacional de Acidente de Trânsito fornecido pelo Ministério dos Transportes, foram registrados cerca de 632.349 acidentes de trânsito, envolvendo 1.001.048 veículos, com 1.067.163 de feridos e 9.825 óbitos.

A Associação Brasileira de Medicina do Tráfego – ABRAMET divulgou que dos 170 mil acidentes de trânsito registrados em rodovias brasileiras em 2022, a maioria teve como causa principal e secundária, fatores ligados à condição de saúde dos motoristas. Segundo a ABRAMET, a falta de reação, resposta tardia e ineficiência ao volante, seguidas de problemas referentes ao sono, ingestão de álcool e substâncias psicoativas e, por último, o mal súbito, compõem as principais causas de mortes e ferimentos nas rodovias. Sobre isso, cabe destacar que o fator humano foi o principal causador de 80% desses acidentes (ABRAMET, 2024).

O ato de conduzir veículos automotores envolve um complexo processo de interação das funções psicológicas e cognitivas (BALBINOT; ZARO; TIMM, 2011) e demanda dos motoristas atenção, cuidado, concentração, rapidez, reflexos, capacidade de avaliar determinados riscos e boas condições de visão e audição. Com intuito de promover a segurança viária, a Organização das Nações Unidas – ONU elencou 12 fatores riscos que devem ser levados em consideração na manutenção da segurança no trânsito, dentre tais, cabe destacar dois, especificamente, os medicamentos que afetam a condução segura e o uso de substâncias psicoativas (ABRAMET, 2023).

No que tange a correlação do uso de medicamentos e a condução de veículos, o Código de Trânsito Brasileiro, em seu Art. 165, dispõe que dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, constitui falta gravíssima, podendo ser aplicada a penalidade de multa, suspensão do direito de dirigir, ainda, como medida administrativa, o condutor pode ter o seu documento de habilitação recolhido e o veículo apreendido.

De acordo com o Ministério da Saúde, substâncias psicoativas são aquelas que atuam sobre o cérebro, modificando o seu funcionamento, podendo provocar alterações no humor, na percepção, no comportamento e em estados da consciência. Apesar de haver previsão no CTB restringindo o uso dessas substâncias por motoristas, a ABRAMET alerta que o Brasil concentra pouca atenção, no que se refere a correlação entre o uso de medicamentos, seus efeitos colaterais e ocorrência de acidentes de trânsito (ABRAMET, 2012).

Uma publicação recente da ABRAMET (2024), com referência aos dados do Conselho Federal de Farmácia, aponta que após a pandemia do covid-19 (2022), houve um crescimento de 36% no consumo de medicamentos em comparação com o ano de 2019. Ainda, de acordo com o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, a venda de medicamentos para ansiedade cresceu em 10%, o de sedativo em 33% e, por último, o referente aos antidepressivos aumentou 34%. Essa situação, além de preocupante, tem promovido discussões sobre as possíveis consequências, referentes ao uso de determinadas classes de medicamentos e os acidentes ocorridos no trânsito.

Com intuito de promover mudanças nas políticas públicas ligadas ao tema e alertar a população sobre os riscos causados pelos efeitos colaterais de alguns medicamentos, a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego divulgou recentemente resultados de pesquisas internacionais, na qual foi comprovada que a ingestão de determinados medicamentos interfere na capacidade de condução dos veículos. As principais classes de medicamentos elencadas como potencialmente perigosas, que possuem efeitos colaterais que podem alterar o comportamento dos motoristas e contribuir para a ocorrência de sinistros foram: ansiolíticos, sedativos, hipnóticos, antidepressivos, analgésicos opioides, anti-histamínicos, anfetaminas, antipsicóticos e relaxantes musculares (ABRAMET, 2023).

Em conteúdo divulgado pela ABRAMET, em referência aos dados divulgados pela revista Australian Journal of Forensic Sciences (2019), observou-se que os relatórios de médicos legistas constataram no organismo de 21% das vítimas fatais de acidentes automobilísticos, a presença de medicamentos prejudiciais ao desempenho dos condutores, sendo tais: 8% antidepressivos, 7% benzodiazepínicos, 6,6% opióides e 1% anti-histamínicos. Ainda, de acordo com estudos publicados pela revista científica em saúde “The Lancet Public Health” (2021), estima-se que 2,84% dos motoristas envolvidos em colisões no trânsito utilizaram medicamentos que afetam a condução segura (ABRAMET, 2023).

Os Medicamentos Potencialmente Prejudiciais ao Condutor De Veículos Automotores (MPPCVA), quando ingeridos, têm o poder de atuar sobre o sistema nervoso central proporcionando diversas reações, como o prejuízo na cognição e problemas na função motora dos condutores. Outros efeitos que podem ser percebidos pelos usuários que fazem o uso deste tipo de medicação são sonolência, hipotensão, tontura, sedação e diminuição do estado de alerta. Segue abaixo a tabela com as principais classes de medicamentos e os respectivos efeitos à saúde (ABRAMET, 2023).

Tabela 1 - Classes de Medicamentos e seus efeitos prejudiciais

CLASSE DO MEDICAMENTO	EFEITOS PREJUDICIAIS
ANTIDEPRESSIVOS	Sonolência, hipotensão, tontura, diminuição do limiar convulsivo (20,21), prejuízo nas funções psicomotoras (48).
ANTI-HISTAMÍNICOS	Sedação, aumento tempo de reação e desempenho psicomotor prejudicado (16).
BENZODIAZEPÍNICOS	Quase todos os domínios cognitivos do desempenho do condutor são afetados (49).
HIPNÓTICOS Z	Sedação, lapsos de atenção, erros de rastreamento, diminuição do estado de alerta, instabilidade corporal (50,51)
OPIÁCEOS	Sedação, diminuição do tempo de reação, reflexos e coordenação, déficit de atenção, miose e diminuição da visão periférica (28, 52-54).

Fonte: ABRAMET, 2023

Considerando que no âmbito internacional, mais especificamente na França e Espanha, foram criados símbolos para identificação de embalagens, como forma de alertar a população sobre os efeitos dos medicamentos que interferem na segurança no trânsito, a ABRAMET, em 2019, com intuito de introduzir essa prática no território brasileiro e comunicar aos usuários os riscos provocados pelos MPPCVA, enviou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, uma proposta aprovada em audiência pública, recomendando a utilização de pictograma nos rótulos das embalagens de medicamentos (ABRAMET, 2023).

Cabe destacar que, no Brasil, a Lei nº 6360/76 é a responsável por tratar sobre a atuação da ANVISA, no que se refere ao controle dos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e demais produtos existentes no país (BRASIL, 1976). Quanto à rotulagem referente a embalagem dos produtos farmacêuticos, existem resoluções emitidas pela própria Agência que versam sobre o assunto.

Ainda sobre a temática, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4306/16 elaborado pelo Deputado Ronaldo Nogueira, que prevê a alteração da Lei nº 6360/76, a fim de tornar obrigatório a inserção de símbolo de alerta padronizado por regulamento, alertando os usuários sobre produtos que causem sonolência ou redução na capacidade cognitiva do usuário (BRASIL, 2016).

Por fim, vale mencionar que está tramitando na Câmara dos Deputados, desde 19/03/2024, o Projeto de Lei nº 877/2024 elaborado pelo Deputado Federal Juninho Pneu que versa sobre a obrigatoriedade das empresas farmacêuticas fornecerem informações claras e precisas sobre os efeitos colaterais dos medicamentos que possam afetar a habilidade de dirigir, incluindo, mas não se limitando a sonolência, tontura, visão turva e lentidão de reflexos (BRASIL, 2024).

3. O PROGRAMA INTEGRAÇÃO AEDB COMUNIDADE – ESTUDO DE CASO

O Projeto Extensionista na Associação Educacional Dom Bosco (AEDB) surgiu como forma de cumprir a **Meta 12.7 da Lei n. 13.005, de 25 de Junho de 2014,** que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, com validade de 10 (dez) anos. Diz a referida meta:

> ***12.7)*** *assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;*

Há ainda a **Resolução n. 07, de 18 de dezembro de 2018**, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, que, dentre outras providências, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE 2014-2024. Seu artigo 3º traz a seguinte definição:

> "*A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em* ***processo interdisciplinar****, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a* ***interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa."*** (grifo nosso)

E o artigo 4º determina:

> "*As atividades de extensão* ***devem*** *compor,* ***no mínimo, 10% (dez por cento)*** *do total da carga horária curricular estudantil dos* ***cursos de graduação****, as quais deverão fazer parte da* ***matriz curricular*** *dos cursos".* (grifo nosso).

Trata-se, portanto, de atividade obrigatória e que visa integrar conhecimento teórico adquirido em sala de aula com sua aplicação prática em benefício da sociedade.

Dadas as considerações iniciais, relata-se agora como discorreu o Projeto de Prática Extensionista.

No início do 2º semestre de Direito foi apresentada essa disciplina. Tratava-se da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabeleceu dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como Metas Globais a serem observadas e cumpridas pelos países signatários. Em setembro de 2015, 193 (cento e noventa e três) países se comprometeram a cumprir tais metas, dentre os quais, o Brasil.

Com intuito de tratar sobre um dos assuntos envolvendo a temática no âmbito local, por meio do professor, foi dada a opção de escolher uma dentre as dezessete ODS para desenvolver o projeto. O grupo optou por falar da ODS 3 - Saúde e Bem-estar – cujo objetivo é *"assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades".* Especificamente, focamos nos itens 3.5 e 3.6:

> *3.5 Reforçar a **prevenção e o tratamento** do **abuso de substâncias**, incluindo o abuso de **drogas entorpecentes** e uso nocivo do álcool.*
>
> *3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por **acidentes em estradas.** (grifo nosso)*

Mesclaram-se os dois itens e decidiu-se falar de acidentes em estradas provocados por uso de substâncias que comprometem o bom ato de dirigir e que podem alterar a percepção, reflexo e o comportamento do motorista ao volante e, consequentemente, causar acidentes no trânsito. Entendeu-se "substâncias" e "drogas entorpecentes" como medicamentos facilmente encontrados nas farmácias e foi decidido falar apenas de drogas lícitas. Mais tarde, decidiu-se incluir também o uso do celular no projeto.

Com objetivo definido, iniciou-se a pesquisa acerca do tema e foram traçadas estratégias a fim de conscientizar a população de Resende a respeito dos perigos associados ao uso de determinados medicamentos e do celular ao dirigir veículos automotores.

Tendo em vista a necessidade de aproximar o público-alvo dos objetivos estabelecidos, deu-se o nome ao projeto de “CONSCELLMED”, que na verdade consiste na aglutinação das palavras conscientização, celular e medicamentos. Com o nome definido, foram apresentadas propostas aos potenciais patrocinadores do projeto, criadas contas no instagram e realizadas algumas publicações nesta rede, com intuito de fomentar na população local, um interesse pelo assunto.

Após algumas divulgações acerca dos dados colhidos com a pesquisa bibliográfica, a partir do apoio da Associação Educacional Dom Bosco, Prefeitura de Resende, Gráfica ABBAGRÁF e GERA-SILK ESTAMPARIA, decidiu-se realizar a conscientização na Feira Livre de Resende, que acontece todos os domingos, em frente ao Parque das Águas. O projeto se realizou no dia 28 de abril de 2024, de 8h até às 11h30. Nesse dia, foram abordadas mais de 150 (cento e cinquenta) pessoas individualmente. Distribuíram-se panfletos informativos com uma lista de alguns medicamentos que podem interferir na capacidade de dirigir, recolheu-se assinaturas e foram travadas conversas com os ouvintes acerca do projeto. Em geral, obteve-se a atenção das pessoas e interesse no assunto por ser algo pouco falado/divulgado e que carece de mais estudos acerca do tema e quem sabe até de legislação para difundir tais informações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO

Consoante ao estudo de caso, foi detectável a importância da prática do projeto aplicado na Feira Beira Rio do município de Resende (domingo, 28 de abril), onde foi possível identificar a carência de conhecimento do público presente no evento, confirmando assim a responsabilidade e a importância do Projeto Conscientização Celular e Medicamentosa, que procurou atender a todas faixas etárias, preparando uma história para os leitores mirins bem como panfletos explicativos para os adultos.

Outrossim, podemos destacar o real e imensurável aprendizado deste Projeto apresentado aos estudantes da Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), onde não se respaldou em apenas teorias, mas sim no objetivo de transferi-los para a prática, usando de seus saberes técnicos a dispor da sociedade.

Vale ressaltar que ainda não há um espaço conquistado para se estudar todo o assunto refletido neste projeto em um só lugar, pois suas fontes são inesgotáveis, uma vez em se derivam da lei e de seus pressupostos. Contudo, abre-se uma janela para o desconhecido com a ConscellMed, projeto esse que cumpriu e alcançou mais do que o previsto, dada aos artifícios digitais, como o Instagram, bem como as empresas parceiras que atribuíram confiança, força, credibilidade e visibilidade.

Em síntese, a ConscellMed buscou agregar aos motoristas informação na área jurídica e da saúde, visando contribuir para a realização da agenda de 2030 condizente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 13 mai, 2024.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: agenda2030-pt-br.pdf (un.org). Acesso em: 14, jun. 2024.

OMS. OMS lança Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030.. Disponível em: OMS lança Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030 | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 14 jun. 2024

Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito. Disponível em: Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito — Ministério dos Transportes (www.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2024.

BALBINOT, Amanda B; ZARO, Milton A; TIMM, Maria I. Funções psicológicas e cognitivas presentes no ato de dirigir e sua importância para os motoristas no trânsito. Revista Ciências & Cognição, 2011. Disponível em: Funções psicológicas e cognitivas presentes no ato de dirigir e sua importância para os motoristas no trânsito (bvsalud.org). Acesso em: 14 jun. 2024

ABRAMET. PRINCIPAIS MEDICAMENTOS POTENCIALMENTE PREJUDICIAIS AO
CONDUTOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (MPPCVA), 2023. Disponível em: DIRETRIZ MEDICAMENTOS - VERSÃO FINAL.pdf (abramet.com.br). Acesso em: 29 mai, 2024.

Substâncias Psicoativas. Glossário Saúde Brasil, 2023. Disponível em: Substâncias Psicoativas — MinistérioC da Saúde (www.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2024.

ABRAMET. Problemas na saúde de motoristas causam 470 sinistros por dia nas rodovias do País, alertam médicos do tráfego, 2023. Disponível em: Problemas na saúde de motoristas causam 470 sinistros por dia nas rodovias do País, alertam médicos do tráfego - ABRAMET. Acesso em: 14 mai, 2024

ABRAMET. Uso de Benzodiazepínicos e Risco de Acidente de Trânsito, 2012. Disponível em: uso_de_benzodiazepinicos_e_risco_de_acidente_de_transito.pdf (amb.org.br). Acesso em: 14 mai. 2024

Levantamento do CFF expõe aumento na venda de antidepressivos desde o começo da pandemia. Disponível em: CFF - Notícia. Acesso em: 10 mai. 2024.

ABRAMET. Abramet lança diretriz inédita sobre efeitos do uso de medicamentos na direção, 2024. Disponível em: uso_de_benzodiazepinicos_e_risco_de_acidente_de_transito.pdf (amb.org.br). Acesso em: 14 mai. 2024

BRASIL. Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências. Brasília, DF. Disponível em: L6360 (planalto.gov.br). Acesso em: 13 mai, 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4306/2016. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar a obrigatoriedade de aposição de alerta, de acordo com padrão aprovado em regulamento, nos rótulos de produtos que possam causar sonolência ou redução da capacidade cognitiva do usuário. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 14 mai. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 877/2024. Estabelece a obrigatoriedade de informação sobre o risco de dirigir associado ao uso de certos medicamentos. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 14 mai. 2024.

ANVISA. Publicações sobre Medicamentos. Disponível em: Publicações sobre medicamentos — Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa (www.gov.br). Acesso: 14 mai, 2024

TUDO que você precisa saber sobre responsabilidade social. Brasil Paralelo, 2022. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/responsabilidade-social Acesso em: 12 jun, 2024